

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Solicito a compra dos materiais para as ambulâncias do município tipo A, os quais serão utilizados no transporte de pacientes em atendimentos de urgência e emergência, abrangendo desde remoções de baixa complexidade até ocorrências de maior gravidade. Os materiais são indispensáveis para garantir a imobilização, estabilização e o suporte inicial aos pacientes durante o deslocamento, proporcionando maior segurança, qualidade e agilidade no atendimento pré-hospitalar. Sua utilização contribui para a redução dos riscos de agravamento do quadro clínico durante o transporte, assegurando que o paciente chegue à unidade de saúde em condições adequadas para receber o tratamento definitivo. De acordo com a nova lei 14.133/2021, artg 75, inciso II.

1.2. Para atendimento às necessidades do(a): Fundo Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ 11.267.244/0001-51.

1.3. Especificação do bem ou serviços e quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	MANGUEIRA DE OXIGÊNIO HOSPITALAR MACIA SEM CHEIRO ANVISA 2MT. CARACTERÍSTICAS: SUPER CONFORTÁVEL E NÃO MACHUCA O PACIENTE. NÃO POSSUI CHEIRO, E RESISTENTE A CALOR E A BAIXAS TEMPERATURAS. PODE SER USADO COMO EXTENSÃO PARA AUMENTAR O COMPRIMENTO DO CATETER. FACILITA A LOCOMOÇÃO DO PACIENTE. MUITO MAIS MACIO E FLEXÍVEL QUE OUTRAS MANGUEIRAS. DURA MUITO MAIS TEMPO QUE AS MANGUEIRAS DE PVC E LATEX POIS O SILICONE NÃO RESSECA COM O OXIGÊNIO. HIGIÊNICO E SUA COMPOSIÇÃO É IDEAL PARA O USO MED. FEITO PARA AGUENTAR AS PRESSÕES INDICADAS PARA USO COM OXIGÊNIO.	UN	200
2	COLAR CERVICAL PHILADELPHIA G Altura de 10cm / Comprimento de 60cm	UN	50
3	COLAR CERVICAL PHILADELPHIA P Altura de 8cm / Comprimento de 52cm	UN	50
4	COLAR CERVICAL PHILADELPHIA M Altura de 9cm / Comprimento de 56cm	UN	50
5	MÁSCARA ALTA CONCENTRACAO INFANTIL COM RESERVATÓRIO	UN	10
6	MÁSCARA ALTA CONCENTRACAO ADULTO COM RESERVATÓRIO	UN	20
7	TALA ARAMADA EM EVA MOLDÁVEL P	UN	30
8	TALA ARAMADA EM EVA MOLDÁVEL M	UN	30
9	TALA ARAMADA EM EVA MOLDÁVEL G	UN	30
10	CURATIVO COMPRESSIVO	UN	50



11	BOLSA DE APH Prática - Resistente - Alças para mão - Alça para ombro - Altura: 20 cm - Largura: 40 cm - Comprimento: 65 cm - Peso: 1,400 Kg	UN	3
12	PRANCHA DE POLIETILENO S/ CINTO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MATERIAL: POLIETILENO ESTRUTURA LEVE E ALTAMENTE RESISTENTE TRANSPARENTE A RAIOS-X, PERMITINDO EXAMES RADIOLÓGICOS CAPACIDADE DE CARGA: ATÉ 180 KG IMPERMEÁVEL E FLUTUANTE CANTOS E BORDAS ARREDONDADAS PARA MAIOR SEGURANÇA ORIFÍCIOS AO LONGO DA PRANCHA PARA FIXAÇÃO DE CINTOS DE SEGURANÇA (NÃO INCLUSOS) DIMENSÕES E PESO COMPRIMENTO: 185,0 CM LARGURA: 43,0 CM ALTURA: 8,0 CM PESO: 7,1 KG	UN	1
13	KIT C/ 3 JOGO DE CINTO PARA PRANCHA DE RESGATE LONGA E CURTA CINTO PARA PRANCHA DE RESGATE (JOGO COM 3 PEÇAS) – CONFECCIONADO EM NYLON RESISTENTE DE 50MM COM FECHO EM NYLON INJETADO DE RÁPIDA ABERTURA. MATERIAL ESPECIAL PARA RAIOS X, NÃO HÁ NECESSIDADE DE RETIRAR DO PACIENTE COMPRIMENTO: 170CM CORES: PRETO – VERMELHO – AMARELO	UN	5
14	IMOBILIZADOR DE CABEÇA IMPERMEÁVEL ADULTO - HEAD BLOCK ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: DIMENSÕES DA BASE: • LARGURA: 260 ± 5 MM • COMPRIMENTO: 400 ± 5 MM • ESPESSURA: 10 ± 3 MM • PESO: 400 ± 10 KG DIMENSÕES DOS "TIJOLOS": • ALTURA: 150 ± 5 MM • COMPRIMENTO: 250 ± 5 MM • ESPESSURA: 65 ± 5 MM • PESO: 100 ± 5 KG DIMENSÕES DAS TIRAS DE QUEIXO E TESTA: • LARGURA DO VELCRO: 30 ± 3 MM • COMPRIMENTO TOTAL: 780 ± 5 MM	UN	3
15	CINTA CATRACA AUTOMÁTICA 3 M CINTA DE CARGA DIMENSÕES: 2,5CM DE LARGURA E 3M DE COMPRIMENTO. SUPORTA ATÉ 600KG. FEITA DE POLIÉSTER.	UN	10

16	MANTA TÉRMICA É PRODUZIDA EM POLIESTILENO ALUMINIZADO PARA REFLETIR O CALOR DE VOLTA PARA O CORPO. DESENVOLVIDA PARA FORNECER PROTEÇÃO PARA O CORPO EM TEMPERATURAS EXTREMAS, TANTO NO FRIO QUANTO NO CALOR, POIS MANTÉM 90% DA TEMPERATURA CORPORAL. IDEAL PARA USAR EM PESSOAS COM HIPOTERMIA ATÉ A CHEGADA DO SOCORRO ESPECIALIZADO. - FORNECE PROTEÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TEMPERATURAS EXTREMAS (CALOR OU FRIO); - MANTÉM 90% DA TEMPERATURA CORPORAL; - REUTILIZÁVEL, A PROVA D'ÁGUA E VENTO; - COMPACTO, LEVE E FÁCIL DE TRANSPORTAR. MODELO: BWT-30 MATERIAL: POLIESTILENO ALUMINIZADO TAMANHO: 1,30 X 2,10M	UN	20
17	BANDAGEM TRIANGULAR - TAMANHO G - CONFECCIONADO EM TECIDO CRU - LAVÁVEL	UN	50
18	MANÔMETRO REGULADOR DE PRESSÃO GÁS OXIGÊNIO (O2) COM FLUXÔMETRO - FÁCIL E PRECISA LEITURA - PRODUZIDO COM MATERIAL MUITO RESISTENTE A VAZAMENTOS, PROLONGANDO MUITO A VIDA ÚTIL - ATENDE TODAS EXIGÊNCIAS E NORMAS - ALTÍSSIMA QUALIDADE - UM DOS MELHORES REGULADORES DO MERCADO - FÁCIL MANUTENÇÃO - REGULADORES DE PRESSÃO DE SIMPLES ESTÁGIO - CORPO TOTALMENTE FORJADO EM LATÃO - VÁLVULA DE SEGURANÇA EXTERNA - FLUXÔMETRO COM SAÍDA AJUSTÁVEL PARA VAZÃO EM L/MIN FICHA TÉCNICA: - FLUIDO DE TRABALHO: OXIGÊNIO (O2) - CONEXÃO DE ENTRADA: PORCA ROSCA DIREITA INTERNA W21.8X1/14 (ABNT 218-1) - CONEXÃO DE SAÍDA: FLUXÔMETRO 15 L/MIN COM BICO DE MANGUEIRA 5/16" - ESCALA: 0/315 KG/CM2 - ESCALA FLUXÔMETRO: 0/15 L/MIN	UN	20
19	RESSUSCITADOR REANIMADOR PULMONAR AMBU ADULTO + KIT GUEDEL COM 06 TAMANHOS	UN	3
20	AMBU REANIMADOR EM SILICONE MANUAL INFANTIL	UN	3
21	TORNIQUETE TÁTICO PROFISSIONAL	UN	3
22	TESOURA TIPO PONTA ROMBA PARA RESGATE 19CM	UN	3

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 Solicito a aquisição dos materiais destinados às ambulâncias Tipo A pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde, os quais serão utilizados no atendimento e transporte de pacientes em situações de urgência e emergência, garantindo condições adequadas de assistência desde o primeiro atendimento até a chegada à unidade de referência.

2.2 Os materiais solicitados são imprescindíveis para a execução dos serviços de atendimento pré-hospitalar, sendo utilizados em procedimentos de imobilização, estabilização, contenção de hemorragias, suporte básico à vida, monitoramento inicial, proteção do paciente e da equipe de saúde, além de possibilitarem a realização de intervenções indispensáveis durante o deslocamento. Esses insumos são fundamentais para reduzir riscos de agravamento do quadro clínico, minimizar possíveis sequelas decorrentes do transporte e proporcionar maior segurança e eficiência na assistência prestada aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

2.3 Ressalta-se que as ambulâncias municipais realizam atendimentos diários, incluindo remoções intermunicipais, transferências entre unidades de saúde, transporte de pacientes vítimas de acidentes, intercorrências clínicas, atendimentos traumáticos e demais situações que exigem resposta rápida e adequada da equipe de saúde. Dessa forma, é indispensável que os veículos permaneçam permanentemente abastecidos com todos os materiais necessários ao atendimento, garantindo que as equipes estejam aptas a prestar assistência imediata sempre que acionadas.

2.4 A ausência desses materiais compromete diretamente a qualidade do atendimento prestado, podendo ocasionar atrasos na assistência, impossibilitar procedimentos essenciais durante o transporte e aumentar significativamente os riscos à integridade física e à vida dos pacientes. Além disso, a indisponibilidade dos insumos pode acarretar a paralisação parcial das atividades das ambulâncias, prejudicando a continuidade dos serviços públicos de saúde e reduzindo a capacidade de resposta do Município diante das demandas de urgência e emergência.

2.5A presente aquisição também visa assegurar que as ambulâncias permaneçam em conformidade com as exigências dos órgãos de fiscalização, com os protocolos de atendimento pré-hospitalar e com as normas técnicas aplicáveis aos veículos destinados ao transporte de pacientes, garantindo que a estrutura disponibilizada pelo Município ofereça condições adequadas de segurança, eficiência e qualidade assistencial.

2.6 Cumpre destacar que a manutenção de estoque regular desses materiais constitui medida indispensável para assegurar a continuidade dos serviços públicos de saúde, observando os princípios da eficiência, continuidade, economicidade, interesse público e proteção à vida, previstos na Constituição Federal e na legislação que rege a Administração Pública.

2.7 Diante do exposto, considerando a necessidade contínua de manter as ambulâncias Tipo A plenamente equipadas e aptas ao atendimento da população, garantindo um transporte seguro, eficiente e humanizado aos pacientes, justifica-se a presente aquisição dos materiais, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

3.1 Na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) temos (grifamos):

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

3.2. Em que pese o conceito seja aberto quanto ao que seja comum, ao analisarmos a especificação do(s) bem(ns)/serviço(s) demandado(s) verificamos que este(s):

- é (são) passíveis de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
- possui(em) especificações usuais de mercado;
- e possui(em) disponibilidade no mercado.

3.3. Logo, o(s) bem(ns)/serviço(s) a ser(em) adquirido(s) classifica(m)-se como sendo bem(ns)/serviço(s) comum(ns).

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O fornecimento do objeto será único.

4.2. O prazo de entrega dos materiais é de 05(cinco) dias, contados da data da ordem de fornecimento, no seguinte endereço:

- **Secretaria Municipal de Saúde, Rua Xavier de Almeida, nº 367, Centro, Buriti Alegre GO**

4.3. Os materiais serão recebidos, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de entrega dos itens, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e documentos anexos ao processo.

4.4. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

4.5. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade dos serviços (produtos), e consequente aceitação mediante termo de recebimento.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser precedida no prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. As habilitações jurídica, fiscal, social, trabalhista e capacidade técnica serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos que deverá ser encaminhado juntamente com a proposta ou por e-mail (comprassaude@buritialegre.go.gov.br) ou presencialmente mediante protocolo no endereço: Rua Goiás, nº 563, Centro, Buriti Alegre-GO.

I- Contrato social acompanhando de cópia de documentos dos sócios, bem como a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II- a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III- a regularidade perante a Fazenda **federal, estadual e municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV- a regularidade relativa à Seguridade Social e ao **FGTS**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V- a regularidade perante a Justiça do Trabalho (**CNDT**);

VI- declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

VII- Declaração do pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento, inclusive quanto ao cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e ao cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

VIII - Prova do enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e da Lei Complementar Estadual nº 605, de 29 de agosto de 2018, quando couber;

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no termo de referência e seus anexos.

6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste termo e anexos, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

6.1.3. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão especialmente designada.

6.1.5. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos nestes termos e anexos.

6.2. A Saúde não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Efetuar a entrega de produto(s) ou serviços que esteja(m) em conformidade com as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, sob demanda do órgão, nas quantidades e locais indicados, em estrita observância das especificações deste Termo de Referência e da proposta;

7.2. Substituir às suas expensas o(s) material(is) ou os serviços que apresentar(em) defeito(s) de fabricação ou desgastes prematuros;

7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do(s) produto(s) fornecidos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), abrigando-se a, a critério da Saúde substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas aqueles que apresentarem avarias ou defeitos;

7.4. Responsabilizar-se inteiramente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e sociais e de acidentes de trabalho e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado;

7.5. Garantir que o(s) produto(s) ou serviço(s) fornecido(s) à Saúde esteja(m) em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo poder Público;

7.6. Informar à contratante quaisquer irregularidades na execução do objeto que não possam ser corrigidas nos termos deste Termo de Referência;

7.7. Responsabilizar-se civil e criminalmente por todo e qualquer dano que cause à Saúde, a preposto seus ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da execução do contrato, objeto deste Termo de Referência, não cabendo à Saúde, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos e indiretos ou lucros cessantes decorrentes;

7.8. Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição;

7.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, os direitos e obrigações assumidas por força de contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

7.10. Atender prontamente a quaisquer exigências da Saúde, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

7.11. Comunicar ao Departamento de Compras, por escrito, quaisquer irregularidades ou anormalidades ocorridas durante o fornecimento dos produtos contratados prestando os esclarecimentos julgados necessários;

7.12. Manter durante toda a execução do contrato, formalizado por meio de nota de empenho, as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação.

8. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1. Nos termos do art. 117, e seus parágrafos, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Saúde ou de seus agentes, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

8.3. O representante da Saúde anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. DO PAGAMENTO

9.1. As regras para pagamento serão as estipuladas a partir do art. 141 ao 146 da lei n. 14.133/2021, desde que observados os seguintes requisitos:

9.1.1. Apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada; da prova de regularidade relativa à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela justiça do trabalho.

9.1.2. Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a Contratada;

9.1.3. A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência, na Nota de Empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à Contratada e nesse caso o prazo para o pagamento será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização;

9.2. O pagamento somente será realizado após o recebimento definitivo do objeto pelo Município.

9.3. Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal que, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 30 (trinta) dias, para cada exercício, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

9.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento será sustado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do CONTRATANTE.

9.5. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retidos na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.6. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA, caso os serviços fornecidos sejam rejeitados pela fiscalização do contrato; circunstância em que deverão ser substituídos pela CONTRATADA de modo a obter a aprovação da fiscalização.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa para o exercício atual ocorrerá conforme dotação orçamentária:

FICHA: 235

06 – Fundo Municipal de Saúde

06.01– Fundo Municipal de Saúde

06.01.10 – Saúde

06.01.10.122– Administração Geral

06.01.10.122.1038.– Assistência à Saúde

06.01.10.122.1038.2122–MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

339030 – Material de Consumo

Fonte de recursos: 102- Receita de Impostos e Transf. Saúde

Subelemento – 36- MATERIAL HOSPITALAR

11. PENALIDADES

11.1 Ao fornecedor ou prestador de serviços responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, serão aplicadas as seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

I - advertência;

II - multa;

a) compensatória;

b) de mora.

III- impedimento de licitar e contratar;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Saúde a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste decreto.

11.3 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, alínea “a” do caput deste artigo.

11.4 A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I - descumprimento de pequena relevância;

II - inexecução parcial de obrigação contratual.

11.5 A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor a ser contratado, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II – de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III – de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV – de 10% (dez por cento) sobre o valor a ser contratado no caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou Ata de Registro de Preços;

V – de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Saúde, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

VI – de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12. CONTRATAÇÃO DE ME/EPP

12.1. Fica assegurado, nos termos da Lei Complementar 123/2006, que regulamenta o tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

13. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

13.1. No caso do presente processo não se vislumbra ganho em termos de competitividade do certame caso seja permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, pois existem inúmeros fornecedores que possuem capacidade para fornecer individualmente todo o objeto descrito neste Termo de Referência.

13.2. Não há escassez de empresas que forneçam os serviços objeto do certame, tampouco é gravado de complexidade que torne problemática a competição, sendo desnecessário o consórcio entre empresas, fato que poderia ainda prejudicar a conquista da conjugação do menor preço e do melhor produto/serviço, assim como dificultar a fiscalização, cobrança e execução contratual. Portanto, não será permitida a participação de consórcios.

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços são fixos e irrevogáveis, pois a contratada deverá fazer a entrega dos materiais no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da entrega da ordem de fornecimento ao vencedor do certame. Desta forma não há razão para se falar em reajuste de preços para esta contratação em virtude de sua temporalidade reduzida, da data da oferta e de sua entrega.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1. O objeto da presente contratação não gera obrigações posteriores para a contratada, bem como a possibilidade de ocorrência de prejuízos financeiros inerentes à execução do contrato sendo pouco significava.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

16.1. O custo estimado da contratação terá caráter sigiloso, de acordo com o Decreto Municipal 067/2023.

17. FORMA E CRITERIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação de acordo com a Lei 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo melhor preço.

18. DA CONTRATAÇÃO DIRETA

18.1. O presente caso é de Dispensa de Licitação, conforme art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, e Decreto Municipal 067/2023.

19. DA VIGENCIA DO CONTRATO

19.1 Devido a entrega ser realizada de forma imediata não será necessária a elaboração de contrato sendo o instrumento contratual da presente contratação a nota de empenho.

20. APROVAÇÃO

20.1. O presente Termo de Referência foi consolidado a partir de informações apuradas pela Secretaria Municipal de Saúde em harmonia com a legislação de referência, quando verificou-se a viabilidade da contratação.

Buriti Alegre, 24 de Julho de 2026.

CRISTIANE APARECIDA FEREIRA

Secretária Municipal de Saúde

Decreto nº 107/2026

ANEXO I

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA AO MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE

A Empresa, inscrita no CNPJ(CGC)/MF _____ sob nº instalada na (endereço completo), telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, apresenta proposta para:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	MANGUEIRA DE OXIGÊNIO HOSPITALAR MACIA SEM CHEIRO ANVISA 2MT. CARACTERÍSTICAS: SUPER CONFORTÁVEL E NÃO MACHUCA O PACIENTE. NÃO POSSUI CHEIRO, E RESISTENTE A CALOR E A BAIXAS TEMPERATURAS. PODE SER USADO COMO EXTENSÃO PARA AUMENTAR O COMPRIMENTO DO CATETER. FACILITA A LOCOMOÇÃO DO PACIENTE. MUITO MAIS MACIO E FLEXÍVEL QUE OUTRAS MANGUEIRAS. DURA MUITO MAIS TEMPO QUE AS MANGUEIRAS DE PVC E LATEX POIS O SILICONE NÃO RESSECA COM O OXIGÊNIO. HIGIÊNICO E SUA COMPOSIÇÃO É IDEAL PARA O USO MED. FEITO PARA AGUENTAR AS PRESSÕES INDICADAS PARA USO COM OXIGÊNIO.	UN	200
2	COLAR CERVICAL PHILADELPHIA G Altura de 10cm / Comprimento de 60cm	UN	50
3	COLAR CERVICAL PHILADELPHIA P Altura de 8cm / Comprimento de 52cm	UN	50
4	COLAR CERVICAL PHILADELPHIA M Altura de 9cm / Comprimento de 56cm	UN	50
5	MÁSCARA ALTA CONCENTRACAO INFANTIL COM RESERVATÓRIO	UN	10
6	MÁSCARA ALTA CONCENTRACAO ADULTO COM RESERVATÓRIO	UN	20
7	TALA ARAMADA EM EVA MOLDÁVEL P	UN	30
8	TALA ARAMADA EM EVA MOLDÁVEL M	UN	30
9	TALA ARAMADA EM EVA MOLDÁVEL G	UN	30
10	CURATIVO COMPRESSIVO	UN	50
11	BOLSA DE APH Prática - Resistente - Alças para mão - Alça para ombro - Altura: 20 cm - Largura: 40 cm - Comprimento: 65 cm - Peso: 1,400 Kg	UN	3
12	PRANCHA DE POLIETILENO S/ CINTO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MATERIAL: POLIETILENO ESTRUTURA LEVE E ALTAMENTE RESISTENTE TRANSPARENTE A RAIOS-X, PERMITINDO EXAMES RADIOLÓGICOS CAPACIDADE DE CARGA: ATÉ 180 KG IMPERMEÁVEL E FLUTUANTE CANTOS E BORDAS ARREDONDADAS PARA MAIOR SEGURANÇA ORIFÍCIOS AO LONGO DA PRANCHA PARA FIXAÇÃO DE CINTOS DE SEGURANÇA (NÃO INCLUSOS) DIMENSÕES E PESO COMPRIMENTO: 185,0 CM LARGURA: 43,0 CM	UN	1



	ALTURA: 8,0 CM PESO: 7,1 KG		
13	KIT C/ 3 JOGO DE CINTO PARA PRANCHA DE RESGATE LONGA E CURTA CINTO PARA PRANCHA DE RESGATE (JOGO COM 3 PEÇAS) – CONFECCIONADO EM NYLON RESISTENTE DE 50MM COM FECHO EM NYLON INJETADO DE RÁPIDA ABERTURA. MATERIAL ESPECIAL PARA RAO X, NÃO HÁ NECESSIDADE DE RETIRAR DO PACIENTE COMPRIMENTO: 170CM CORES: PRETO – VERMELHO – AMARELO	UN	5
14	IMOBILIZADOR DE CABEÇA IMPERMEÁVEL ADULTO - HEAD BLOCK ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: DIMENSÕES DA BASE: • LARGURA: 260 ± 5 MM • COMPRIMENTO: 400 ± 5 MM • ESPESSURA: 10 ± 3 MM • PESO: 400 ± 10 KG DIMENSÕES DOS "TIJOLOS": • ALTURA: 150 ± 5 MM • COMPRIMENTO: 250 ± 5 MM • ESPESSURA: 65 ± 5 MM • PESO: 100 ± 5 KG DIMENSÕES DAS TIRAS DE QUEIXO E TESTA: • LARGURA DO VELCRO: 30 ± 3 MM • COMPRIMENTO TOTAL: 780 ± 5 MM	UN	3
15	CINTA CATRACA AUTOMÁTICA 3 M CINTA DE CARGA DIMENSÕES: 2,5CM DE LARGURA E 3M DE COMPRIMENTO. SUPORTA ATÉ 600KG. FEITA DE POLIÉSTER.	UN	10
16	MANTA TÉRMICA É PRODUZIDA EM POLIESTILENO ALUMINIZADO PARA REFLETIR O CALOR DE VOLTA PARA O CORPO. DESENVOLVIDA PARA FORNECER PROTEÇÃO PARA O CORPO EM TEMPERATURAS EXTREMAS, TANTO NO FRIO QUANTO NO CALOR, POIS MANTÉM 90% DA TEMPERATURA CORPORAL. IDEAL PARA USAR EM PESSOAS COM HIPOTERMIA ATÉ A CHEGADA DO SOCORRO ESPECIALIZADO. - FORNECE PROTEÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TEMPERATURAS EXTREMAS (CALOR OU FRIO); - MANTÉM 90% DA TEMPERATURA CORPORAL; - REUTILIZÁVEL, A PROVA D'ÁGUA E VENTO; - COMPACTO, LEVE E FÁCIL DE TRANSPORTAR. MODELO: BWT-30 MATERIAL: POLIESTILENO ALUMINIZADO TAMANHO: 1,30 X 2,10M	UN	20
17	BANDAGEM TRIANGULAR - TAMANHO G	UN	50

	- CONFECCIONADO EM TECIDO CRU - LAVÁVEL		
18	MANÔMETRO REGULADOR DE PRESSÃO GÁS OXIGÊNIO (O2) COM FLUXÔMETRO - FÁCIL E PRECISA LEITURA - PRODUZIDO COM MATERIAL MUITO RESISTENTE A VAZAMENTOS, PROLONGANDO MUITO A VIDA ÚTIL - ATENDE TODAS EXIGÊNCIAS E NORMAS - ALTÍSSIMA QUALIDADE - UM DOS MELHORES REGULADORES DO MERCADO - FÁCIL MANUTENÇÃO - REGULADORES DE PRESSÃO DE SIMPLES ESTÁGIO - CORPO TOTALMENTE FORJADO EM LATÃO - VÁLVULA DE SEGURANÇA EXTERNA - FLUXÔMETRO COM SAÍDA AJUSTÁVEL PARA VAZÃO EM L/MIN FICHA TÉCNICA: - FLUIDO DE TRABALHO: OXIGÊNIO (O2) - CONEXÃO DE ENTRADA: PORCA ROSCA DIREITA INTERNA W21.8X1/14 (ABNT 218-1) - CONEXÃO DE SAÍDA: FLUXÔMETRO 15 L/MIN COM BICO DE MANGUEIRA 5/16" - ESCALA: 0/315 KG/CM2 - ESCALA FLUXÔMETRO: 0/15 L/MIN	UN	20
19	RESSUSCITADOR REANIMADOR PULMONAR AMBU ADULTO + KIT GUEDEL COM 06 TAMANHOS	UN	3
20	AMBU REANIMADOR EM SILICONE MANUAL INFANTIL	UN	3
21	TORNIQUETE TÁTICO PROFISSIONAL	UN	3
22	TESOURA TIPO PONTA ROMBA PARA RESGATE 19CM	UN	3

- Validade da Proposta: _____ dias (não inferior a 60 dias).
- Os Pagamentos deverão ser efetuados no Banco _ Agência Conta Corrente nº _ .
- Declaramos que na nossa proposta os valores apresentados englobam todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, que incidam direta ou indiretamente no valor dos serviços cotados que venham a onerar o objeto desta licitação.
- Declaramos que os prazos serão os indicados ou os solicitados na forma do Termo de Referência e processo.

Data da Proposta
Nome, RG/CPF e
assinatura do representante da empresa Identificação do Cargo

ANEXO II- MODELOS DE DECLARAÇÕES**DECLARAÇÃO DO PLENO CONHECIMENTO**

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARA o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento, inclusive quanto ao cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e ao cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

_____, ____/____/2026.
Local e Data

Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNPJ

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei e sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, que é “**MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**”, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que conhece na íntegra, e está, portanto, apta a exercer o direito de preferência como critério de desempate na Dispensa, realizado pelo Município de Buriti Alegre – GO.

_____, ____/____/2026.
Local e Data

Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNPJ

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no art.7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

_____, ____/____/2026.
Local e Data

Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNPJ